



**AVALIAÇÃO DA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA**

1. Este documento é parte integrante da 13ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e tem por objetivo apresentar a situação financeira do Estado no último triênio, com ênfase no exercício de 2011, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2011, o Estado apresentou resultado primário superavitário de R\$ 152 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 4.544 milhões e da despesa não financeira de R\$ 4.391 milhões. Este resultado foi determinado pelo crescimento da receita líquida superior ao incremento da despesa não financeira. De forma oposta em 2010 e em 2009, o Estado obteve déficits primários de R\$ 38 milhões e R\$ 340 milhões, respectivamente.
4. O Estado incorreu em atrasos/deficiências financeiras de R\$ 66 milhões em 2011, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento não foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultados semelhantes aconteceram em 2010 e em 2009, quando houve geração de deficiência financeira nos montantes de R\$ 110 milhões e R\$ 496 milhões, respectivamente.
5. A receita bruta evoluiu de R\$ 3.847 milhões em 2009 para R\$ 4.454 milhões em 2010 e alcançou R\$ 5.253 milhões em 2011, apresentando crescimento de 8,66% em relação a 2010. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que apresentaram crescimento de 13,51%, passando de R\$ 1.373 milhões para R\$ 1.692 milhões. Após a dedução das transferências a municípios, a receita líquida alcançou R\$ 4.544 milhões em 2011.
6. As receitas de transferências foram responsáveis por 42,22%, 40,18% e 41,03% do total da receita bruta em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. A receita da cota-parte do FPE é a mais representativa, correspondendo a 78,50% das receitas de transferências em 2011. As outras receitas de transferências, por sua vez, elevaram-se de R\$ 416 milhões em 2010 para R\$ 463 milhões em 2011, o que representou um incremento de 2,51% no período.
7. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 57,78%, 59,82% e 58,97% do total da receita bruta em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. O ICMS, que respondeu por 80,23% das receitas de arrecadação própria em 2011, apresentou crescimento de 5,86% em relação a 2010, em decorrência principalmente de ações implementadas pelo Estado, dentre as quais destacaram-se: a substituição gradativa do sistema de arrecadação atual pelo Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital (SPED), a aquisição de *softwares* para acompanhamento e monitoramento de empresas de telecomunicações e energia elétrica e os desenquadramentos de empresas do regime Simples Federal. As outras receitas de arrecadação própria cresceram 12,60%, evoluindo de R\$ 501 milhões em 2010 para R\$ 612 milhões em 2011, em função da receita



extraordinária decorrente de multas e juros de mora de ICMS aplicadas pela receita estadual por meio de autos de infração às Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), no montante aproximado de R\$ 93 milhões.

8. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 3.678 milhões em 2009 para R\$ 3.867 milhões em 2010 e alcançaram R\$ 4.391 milhões em 2011, correspondendo a crescimento de 4,65% em relação a 2010. Tal comportamento em 2011 é explicado principalmente pelo desempenho das despesas com pessoal, que evoluíram de R\$ 1.914 milhões em 2010 para R\$ 2.269 milhões em 2011, apresentando elevação de 9,24%.

9. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 44,18%, 49,51% e 51,68% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 10,48% dos gastos com o executivo (administração direta) e de 8,42% dos gastos com outros poderes, em relação a 2010, que representaram 65,23% e 18,42%, respectivamente, do total. A expansão das despesas com pessoal em 2011 foi ocasionada, principalmente, pelo reajuste linear de 8% concedido ao funcionalismo público estadual e pelas nomeações de servidores selecionados em concursos no decorrer de 2011. Entretanto, o crescimento da receita corrente líquida (RCL), de 10,69%, contribuiu para que a relação despesas com pessoal / RCL caixa de 49,95% em 2010 para 49,29% em 2011.

10. O regime próprio de previdência social (RPPS) de que trata a Lei nº 9.717/98 é gerido pelo Instituto de Previdência do Estado de Rondônia (IPERON). Em março de 2011, a contabilização do instituto foi desmembrada em três unidades gestoras (UG's): uma correspondente às atividades administrativas do Instituto e as outras duas referentes aos Fundos Previdenciário e Fundo Capitalizado. A unidade administrativa mantém-se com recursos próprios, provenientes da taxa de administração de 1,18%. Com o objetivo de proporcionar o equilíbrio atuarial ao RPPS, editou-se a Lei Complementar Estadual nº 524/2009, a qual criou dois fundos: o Financeiro e o Previdenciário (Capitalizado). A data de corte inicialmente proposta, referente à admissão das massas de servidores que integrariam cada fundo (1º de janeiro de 2004), foi alterada por meio da Lei Estadual nº 651/2012 para 1º de janeiro de 2010, de modo a evitar a necessidade de repasse de recursos do tesouro estadual para cobertura de déficit atuarial do Fundo Previdenciário.

11. A despesa com inativos e pensionistas do Anexo I do Programa deve refletir o custo do sistema previdenciário estadual para o Tesouro do Estado. No momento, esse custo é coberto pelas contribuições dos servidores e pela cota patronal, sendo também utilizada para tal cobertura a rentabilidade obtida com as aplicações financeiras de recursos do IPERON. Ressalte-se que os servidores militares do Poder Executivo (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) não contribuem integralmente para o Fundo, o que provoca insuficiência financeira na sua folha de benefícios, a qual, todavia, não é coberta por recursos do tesouro estadual, mas do próprio instituto de previdência.

12. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis, por 55,82%, 50,49% e 48,32% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, essas despesas apresentaram crescimento em relação a 2010, devido, principalmente, ao acréscimo de 11,20% das outras despesas correntes, que representaram 71,07% do total, em contraponto ao recuo de 25,78% dos investimentos, cuja participação foi de 22,84% do total das OCC.

13. Os investimentos recuaram de R\$ 780 milhões em 2009 para R\$ 602 milhões em 2010 e sofreram nova redução para R\$ 485 milhões em 2011, correspondendo a 27,50%, 18,39% e 12,23% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. Contribuiu para essa redução em



2011, a diminuição do ritmo de execução das obras por parte do Estado, em comparação com os exercícios anteriores.

14. Com relação às outras despesas correntes (ODC), houve expansão de R\$ 1.173 milhões em 2009 para R\$ 1.250 milhões em 2010 atingindo R\$ 1.568 milhões em 2011, correspondentes a 41,36%, 38,20% e 38,06% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. Contribuíram para esse crescimento em 2011 as despesas com material de consumo, que aumentaram R\$ 22 milhões (3,15%), e as despesas de exercícios anteriores (grupo Pessoal), que tiveram um acréscimo de R\$ 29 milhões (70,15%), comparativamente a 2010.

15. No que se refere ao comportamento das sentenças judiciais, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 62/2009, o Estado fez a seguinte opção para pagamento de precatórios: depósito mensal em conta especial, controlada pelo Tribunal de Justiça, de percentual fixo (1,5%) da RCL mensal média dos últimos doze meses. O estoque de precatórios em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 986 milhões. Em 2011, o Poder Executivo repassou para o Judiciário o montante de R\$ 57 milhões para pagamento de precatórios.

16. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 1.960 milhões em 31 de dezembro de 2009, passou para R\$ 2.117 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando redução de 2,95%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 2.045 milhões, apresentando queda de 7,97% em relação ao ano anterior devido aos decréscimos reais da dívida contratual interna de 7,73% e da contratual externa, de 35,67%.

17. Na composição da dívida estadual em 2011, a dívida da Lei nº 9.496/97 permanece sendo a de maior representatividade. Sua participação no total da dívida financeira passou de 74,40% em 2010 para 78,50% em 2011. Em seguida, destacou-se a dívida referente aos parcelamentos com o INSS após 01.12.1992, os quais reduziram sua participação no total da dívida financeira, de 7,11% em 2010 para 5,80% em 2011, devido às amortizações efetuadas no exercício. Cabe ressaltar que o endividamento estadual está indexado, em sua maioria, a índice de inflação e a taxas de juros como TR e TJLP.

18. A relação Dívida Financeira/RLR foi de 0,69, 0,62 e 0,51 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011 o decréscimo da relação deveu-se tanto à redução do endividamento como ao aumento da RLR, de 11,43%, comparativamente a 2010.

19. Para efeito do pagamento do serviço da dívida relativa às Leis nº 8.727/93 e nº 9.496/97, o Estado não utiliza o benefício do limite de comprometimento da RLR e, por este motivo, não acumula resíduo. Nessa condição, a atual projeção de pagamento do serviço dessas dívidas indica que o Estado deverá liquidar os respectivos saldos devedores em 2013 e 2028, respectivamente.

20. Quanto à gestão de riscos fiscais, o respectivo Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012 apresenta passivo contingente de R\$ 96 milhões, distribuídos em diversas ações judiciais, com destaque para as do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO), no montante estimado de R\$ 43 milhões. No que se refere a desvios nas previsões de receitas, o Estado apresenta um passivo de R\$ 93 milhões relacionados ao risco fiscal de a receita arrecadada ficar inferior à prevista, em decorrência da redução da atividade econômica e/ou variações na taxa de câmbio.

21. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. O Estado se compromete a limitar os déficits primários em R\$ 145

milhões, R\$ 293 milhões e R\$ 73 milhões em 2012, 2013 e 2014, respectivamente. Tais resultados, somados com as fontes de financiamento, são suficientes para o Estado honrar os seus compromissos financeiros projetados, não gerando atrasos nos próximos três anos.

22. Nas previsões do Programa, foi considerada a possibilidade de ingresso das liberações de operações de crédito em sua totalidade e da utilização das disponibilidades financeiras de exercícios anteriores. O Estado optou ainda por projetar a totalidade desses recursos de financiamento como correspondente despesa de investimento. *af p. [assinatura]*

*Arno H. Augustin Filho*  
**ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO**  
Secretário do Tesouro Nacional